



Eunício quer reforma política valendo nas eleições de 2018

Presidente do Senado afirmou que está conversando com chefe da Câmara para que mudanças na lei eleitoral sejam aprovadas até setembro e valham no ano que vem

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem uma reforma política que preveja a criação da lista fechada para a eleição de vereadores e deputados. Por esse sistema, os eleitores não escolhem os candidatos individualmente, mas sim uma lista

de políticos previamente montada pelos partidos, com a ordem deles fixada. A votação, portanto, seria nos partidos, e não nos indivíduos. Eunício falou em entrevista à TV Senado. Segundo ele, o atual modelo está ultrapassado, pois estimula os candidatos “puxadores de

voto” e dificulta o estabelecimento de ideologias partidárias. O presidente do Senado também afirmou que o modelo vigente faz as siglas privilegiarem certos candidatos na distribuição do dinheiro do Fundo Partidário, prejudicando outros. Segundo ele, o financiamento pú-

blico das campanhas é necessário: “Não apoiarei nenhuma matéria no sentido de voltar o financiamento de campanhas pelas empresas”. Acrescentou que está dialogando com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que a reforma política seja aprovada até setembro. **3**

Senado pede à Câmara que agilize votações

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pediu ontem ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rapidez na votação do projeto que proíbe as operadoras de limitar dados nos contratos de internet fixa. A proposta foi aprovada pelos senadores na quarta. **4**

Marcos Brandão/Senado Federal



O xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan é recebido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira

Xeique anuncia fim de exigência de visto para Emirados Árabes

Em visita ontem ao Senado, o xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan, príncipe e ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, anunciou assinatura de ato que acaba com a exigência de visto turístico para brasileiros. O xeique também disse que seu país vai fazer investimentos no Brasil, participando do aquecimento da economia. **2**

Projeto destina à polícia armas apreendidas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem um projeto que direciona para as polícias civis e militares dos estados 70% das armas apreendidas que já não interessam em investigações criminais e processos judiciais. Os 30% restantes iriam para o governo federal. O texto agora vai para a Comissão de Constituição e Justiça. **4**



Fernando Collor preside a reunião em que se aprovou o projeto sobre armas

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Setor pesqueiro reclama contra restrições à pesca

Em reunião com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, representantes do setor pesqueiro do Ceará criticaram proibição à captura de várias espécies. **3**

Ciclo debaterá papel do Brasil na ordem mundial

A Comissão de Relações Exteriores dará início no dia 27 a um ciclo de debates para discutir a situação do Brasil no cenário internacional. **3**

Comissão fará audiências sobre a Zona Franca



Deputada Maria Helena, presidente da comissão, e Vanessa Grazziotin, relatora

Genaldo Migeola/Agência Senado

A comissão mista que analisa a medida provisória da Zona Franca de Manaus aprovou ontem seu plano de trabalho. O calendário prevê quatro audiências públicas até 26 de maio, quando deverá ser apresentado o relatório para deliberação da MP. A medida cria duas taxas, que, segundo a relatora, Vanessa Grazziotin, serão mais vantajosas para a indústria e o comércio. **4**



Ataides Oliveira, presidente da comissão da medida provisória das concessões

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para setor produtivo, malha ferroviária deve ser partilhada

Representantes do setor produtivo disseram ontem, em audiência pública da comissão que debate a MP das Concessões, que o texto

não prevê adequadamente as condições de compartilhamento da malha ferroviária. Eles pediram partilha de 30% da rede. **2**

Debatedores pedem direito de passagem em ferrovias

Representantes do setor produtivo sugeriram exigir adimplência de concessionários para renovação dos contratos

A RENOVAÇÃO DOS contratos das ferrovias e a concessão de novos ramais para a iniciativa privada devem prever o direito de passagem de terceiros. Essa é uma das sugestões de mudanças na MP das Concessões apresentadas pelo setor produtivo ontem durante audiência pública na comissão mista que analisa a proposta.

A MP 752/2016 cria regras para o governo federal prorrogar ou realizar licitações de rodovias, aeroportos e ferrovias. O governo decidiu editar a medida porque algumas concessionárias começaram a enfrentar dificuldades financeiras e não conseguiram cumprir dispositivos dos contratos.

Segundo os debatedores, a MP não prevê adequadamente as condições de compartilhamento da malha ferroviária. Eles propõem a disponibilização de capacidade mínima de 30% de transporte para outros concessionários e operadores ferroviários independentes.

Os serviços de transporte ferroviário também devem seguir as regras de mercado, na avaliação de Luiz Henrique Baldez, presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut).

— Não podemos ter o conceito de dono da ferrovia.



O relator, Sérgio Souza (2º à dir.), e o presidente da comissão, Ataídes Oliveira (D)

Como é que introduzo uma competição? Por novos operadores. Será que o usuário não tem direito de escolher quem vai transportar o produto dele?

Debatedores pediram a inclusão no texto da necessidade de a concessionária estar adimplente com obrigações contratuais para ter o direito à prorrogação do contrato.

Priscila Santiago, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), disse que o modelo de concessão tem sido, em regra, positivo para os usuários. Dados da 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias revelam melhoria na avaliação das vias federais entre 2015 e 2016.

Ela afirmou que a MP é positiva, pois traz segurança jurídica para o setor. No entanto, não traz soluções para os investimentos em rodovias federais cujos contratos foram assinados a partir de 2013. Priscila pediu a aprovação de emenda que possibilite readequação dos contratos.

De acordo com Luiz Antônio Fayet, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os problemas de infraestrutura acarretam perda de competitividade global da cadeia produtiva brasileira. Segundo ele, só Mato Grosso, maior produtor de soja, perde cerca de US\$ 1,2 bilhão/ano por dificuldades logísticas.

Para o relator da MP, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), ficou claro na audiência que todos querem um modelo de concessões com tarifas justas e serviço mais eficiente.

O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), avaliou que a MP, com os ajustes do Congresso, vai garantir a redução do custo Brasil:

— Eu espero que, com essas audiências, essa medida provisória saia desta comissão pronta para ser votada nas duas Casas e que o mais rápido possível possa ser sancionada pelo presidente Michel Temer.

Emirados Árabes deixam de exigir visto de brasileiros

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem a visita do xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan, príncipe e ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos. No encontro, o príncipe anunciou a assinatura de ato que acaba com a exigência de visto turístico para brasileiros.

Eunício afirmou que a medida vai aproximar os dois países, ampliar os interesses comerciais bilaterais e fortalecer o

relacionamento entre os povos das duas nações:

— Acredito que, seguindo o princípio da reciprocidade, o Brasil adotará a mesma liberação na exigência dos vistos.

O presidente do Senado reforçou o papel do Congresso de defender a boa relação entre os povos e destacou a melhora do Brasil na classificação de perspectiva de negócios feita pela agência Moody's. A melhoria da nota se deve ao equilíbrio fiscal e ao fortalecimento da econo-

mia, disse, ressaltando que o país passa por um processo de modernização das leis, com reformas nas áreas trabalhista, econômica e política.

O xeique assegurou que os Emirados Árabes vão participar do aquecimento da economia brasileira com investimentos.

— Acreditamos que o fortalecimento da abertura da economia do país ao mercado internacional vai alavancar o ambiente de negócios e fortalecer as instituições — avaliou.

Ana Amélia lembra os 3 anos da Lava Jato e elogia resultados

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que hoje a Operação Lava Jato completa três anos, com um saldo de 125 pessoas condenadas por crimes contra o sistema financeiro, de corrupção, de lavagem de dinheiro e de organização criminosa.

— Em três anos, o Brasil assistiu, entre atônito e eufórico, à mais contundente ação contra o crime organizado, envolvendo, lamentavelmente, a classe a que eu pertencço, a classe política — disse.



Caiado: governador condiciona obras a partido dos prefeitos

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou o governador de Goiás, Marco Ni Perillo, que teria condicionado a realização de obras estruturantes no estado à posição político-partidária dos prefeitos, com vistas às eleições de 2018.

— É fundamental que as pessoas tenham a independência de votar e ver o seu voto respeitado, e o cidadão ser tratado, mesmo sendo oposição ao governo, com as garantias que merece.



Gladson critica política de proteção do meio ambiente no Acre

Gladson Cameli (PP-AC) criticou a política de desenvolvimento do Acre, calcada no conceito da "florestania", a cidadania dos povos da floresta. Para o senador, os órgãos de proteção ao meio ambiente perseguem os produtores rurais do estado.

— Temos mais de 30 milhões de amazônidas sofrendo com essa política de preservação da Amazônia. Não precisamos desmatar, porque o que já está lá dá para produzir.



Gestão da saúde no Distrito Federal é caótica, diz Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) classificou como caótica a situação da saúde no Distrito Federal. Segundo o senador, auditoria do Tribunal de Contas do DF encontrou equipamentos guardados em galpões, sem manutenção.

— São milhões de reais gastos em equipamentos novos cujo destino tem sido permanecer encaixotados há anos. Enquanto isso, incontáveis exames e procedimentos cirúrgicos são cancelados.



ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Debates

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente do Senado afirma que modelo eleitoral atual está ultrapassado. Ele quer que lista fechada para escolha do Legislativo já esteja valendo nas eleições de 2018

Eunício quer votar reforma política até setembro

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem uma reforma política que crie o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e institua listas de candidatos ao Poder Legislativo previamente montadas pelos partidos. Para ele, o modelo eleitoral atual está “ultrapassado”.

— Não temos alternativa. É preciso fazer essa reforma à luz do dia, sem deixar de debater o que for necessário, mas temos que fazer um novo modelo. Queremos cuidar do futuro da política. Não existe democracia sem política — afirmou ele, em entrevista concedida à TV Senado.

Eunício e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, articulam a aprovação de uma reforma eleitoral até setembro. Segundo a Constituição, mudanças nas regras eleitorais precisam entrar em vigor pelo menos 12 meses antes das eleições. Assim, para que as alterações tenham efeito nas eleições gerais de 2018, que ocorrerão em outubro, o Congresso tem pouco mais de seis meses para aprová-las.

Com a proibição da participação de empresas no financiamento de campanhas eleitorais, Eunício entende que o Fundo Partidário é a fonte exclusiva de recursos para que os partidos disputem as eleições. O presidente do Senado afirmou que os parlamentares acertaram ao excluir o poder financeiro das empresas do cenário eleitoral e garantiu que em sua gestão isso não será revertido.

— Eu não apoiarei nenhuma matéria



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu também o financiamento público de campanhas

no sentido de voltar o financiamento privado de empresa em campanhas políticas. Não há condição. Já temos o Fundo Partidário, que não foi criado para eleições, mas é a única fonte hoje que pode financiá-las — disse.

O Fundo Partidário foi criado para auxiliar os partidos a bancar o seu funcionamento institucional e, na visão de Eunício, precisaria passar por ajustes para se tornar uma fonte de financiamento eleitoral.

Listas de candidatos

Eunício também afirmou que o financiamento público só funcionaria se fosse instituído em combinação com uma reformulação das eleições proporcionais — para os cargos de vereador e deputado federal e estadual. Ele defendeu o modelo de lista fechada.

No modelo atual, de lista aberta, os partidos ganham cadeiras no Legislativo de acordo com a votação total de seus candidatos e ocupam as vagas com os candidatos individualmente mais votados. No modelo de lista fechada, as legendas apresentariam ao eleitorado antes da votação os nomes dos seus candidatos em uma lista com ordem preestabelecida. Os eleitores votariam apenas nos partidos, não mais nos candidatos, e, após a contabilização dos votos, cada partido preencheria suas cadeiras com os nomes da lista, na ordem definida.

Para Eunício, esse modelo é adequado ao financiamento público porque não permite que os líderes partidários distribuam o dinheiro do fundo desigualmente entre os candidatos, privilegiando alguns com campanhas

mais caras em detrimento de outros. O dinheiro seria usado para fazer campanha para o partido como um todo.

Outros benefícios do sistema, disse, seriam o fim do fenômeno dos “puxadores de votos” (candidatos midiáticos lançados pelos partidos para inflar a votação da legenda a partir do apelo pessoal) e uma reorganização do sistema partidário, privilegiando a ideologia coletiva de cada sigla.

— A lista pré-ordenada muda o patamar, dá uma nova visão daqui para a frente. Vai moralizar e fortalecer os partidos, porque o eleitor vai votar naquele com o qual tem afinidade ideológica, e despersonalizar a política.

Congresso

Eunício prometeu um trabalho de qualidade no Legislativo nos próximos dois anos, quando ocupará a Presidência do Senado e presidirá a Mesa do Congresso. Ele assegurou que buscará sempre o entendimento com o presidente da Câmara para que a atuação parlamentar seja eficiente.

— Esta Casa tem que funcionar olhando para os interesses do país, fazendo e mudando leis importantes, ajudando nas reformas que o Brasil espera e dando respostas que a sociedade anseia.

O senador listou votações importantes já ocorridas neste ano, como a nova rodada de repatriação de recursos.

Veja a entrevista de Eunício à TV Senado: <http://bit.ly/entrevistaEunicio>

Representantes do setor pesqueiro pedem ajuda contra proibições

Representantes do setor pesqueiro do Ceará, acompanhados do deputado federal Moses Rodrigues (PMDB-CE), se reuniram ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para pedir ajuda na eliminação de entraves à pesca.

Eles reclamam de portaria do Ministério do Meio Ambiente que proibiu a captura de 475 espécies marinhas e de água doce consideradas extintas ou

em perigo de extinção, incluindo certos tubarões, pargo, cioba e sirigado. O setor argumenta que a portaria não foi feita com fundamentos técnicos.

O presidente do Senado se dispôs a conversar com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Eunício acredita que o setor será favorecido com a transferência da Secretaria da Pesca para o Ministério da Indústria e Comércio.

Comissão debate situação do país na ordem internacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) começa no dia 27 o ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”. A iniciativa é do presidente do colegiado, Fernando Collor (PTC-AL). A realização do ciclo foi aprovada ontem.

Roberto Requião (PMDB-PR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) informaram a Collor que apresentarão já na reunião de quinta-feira requerimen-

tos para o ciclo de debates. Ambos disseram estar preocupados com as diretrizes que percebem no governo do presidente Michel Temer, com elementos que consideram lesivos à soberania nacional.

Requião deve sugerir a participação, nos debates, dos chefes das Forças Armadas. Ele e Gleisi solicitarão também a presença do ministro das Relações Exteriores e senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Gleisi anunciou que apresentará sugestões de debate sobre ações do governo como a venda de terras a estrangeiros e a retomada da parceria com os Estados Unidos na base de Alcântara (MA).

Cristovam Buarque (PPS-DF) elogiou Collor pela iniciativa e disse esperar que as discussões superem “velhas dicotomias” ainda presentes na sociedade, como “estatal versus privado” ou “soberania versus dependência”.

Lasier alerta sobre contratos financiados pelo BNDES no exterior

Lasier Martins (PSD-RS) disse estar preocupado com contratos de empreiteiras brasileiras firmados com países latino-americanos e africanos, muitos financiados pelo BNDES. Ele alertou para a possibilidade de a comunidade internacional questionar em que circunstâncias um banco público brasileiro financiou, no exterior, empreendimentos contra os quais pesam suspeitas de irregularidades.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Cassol cobra reforço nas fronteiras para combater drogas

Para Ivo Cassol (PP-RO), o combate às drogas no Sudeste depende de uma proteção mais eficiente nas fronteiras. É preciso reforçar, disse, a segurança nos 17 mil quilômetros de divisas.

— Se queremos combater a droga em São Paulo e no Rio, não adianta colocar policial, não adianta colocar a polícia pacificadora nos morros, se não combatermos [o problema] na raiz.



Moreira Matiz/Agência Senado

Flexa Ribeiro pede recuperação de rodovias paraenses

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou a atenção para a precariedade das rodovias federais no Pará, que, disse, são estratégicas para escoar a produção agrícola no Centro-Oeste.

O senador afirmou que atoleiros na BR-163 impedem o tráfego de cargas e pessoas. Ele também cobrou o término da pavimentação do trecho entre a cidade de Santarém e a divisa com Mato Grosso.



Waldemir Brito/Agência Senado

Acir Gurgacz anuncia ciclo para discutir problemas estruturais

Eleito vice-presidente da Comissão de Infraestrutura, Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou seu plano de trabalho. Ele anunciou a realização de ciclo de debates para tratar dos principais problemas estruturais do país.

Gurgacz apontou a logística de transportes, que atrapalha o escoamento da produção. Ele também criticou o excesso de burocracia, responsável pelo atraso estrutural do país.



Moreira Matiz/Agência Senado

Capiberibe critica transferência de Secretaria da Pesca

Na quarta-feira, João Capiberibe (PSB-AP) criticou decreto do presidente Michel Temer, que transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca e o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e Comércio. Na avaliação do senador, a transferência não vai beneficiar o setor da pesca, mas sim burocratizar processos.



Moreira Matiz/Agência Senado

Armamento apreendido poderá ser doado à polícia

De acordo com projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores, a maior parte das armas ajudará a reforçar arsenal à disposição das polícias civis e militares dos estados

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem um projeto determinando que 70% das armas apreendidas, quando não mais interessarem à investigação criminal e à ação penal, sejam doadas para as polícias civis e militares. Os 30% restantes deverão ser divididos entre órgãos de segurança da União e Forças Armadas.

A proposta (PLS 285/2016), que agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é de Wilder Morais (PP-GO).

A cota de 70% das armas apreendidas para as polícias estaduais surgiu a partir de uma emenda de Ronaldo Caiado (DEM-GO), aceita pelo relator Armando Monteiro (PTB-PE).

Inicialmente, o projeto previa um repasse de 50% dessas armas para os estados, mas foi aumentada após os senadores concordarem com a argumentação de Caiado de que as polícias estão na linha de frente no combate à criminalidade organizada mais perigosa para a sociedade. E as polícias também estariam “sofrendo muito com a enorme desvantagem”

no armamento na comparação com o arsenal utilizado pelos criminosos.

— Em Campinas, recentemente, toda uma empresa de transporte de valores foi sequestrada, e a polícia nada pôde fazer porque o calibre das armas à disposição deles era muito inferior ao usado pelos criminosos — afirmou.

Guerra civil

Caiado e Cristovam Buarque (PPS-DF) concordaram que o país vive uma guerra civil sem se dar conta disso.

Caiado chamou de “lamentáveis e ridículas” notícias pu-

blicadas pela imprensa sobre responsáveis pela segurança pública que, em alguns estados, estariam negociando diretamente com chefes de facções criminosas em operações especiais relacionadas à segurança de grandes eventos, chamando isso de “uma completa inversão de valores e a total submissão à criminalidade”.

A pedido de Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi concedida vista coletiva ao substitutivo de Caiado ao PLC 49/2015, que altera o controle sanitário de produtos agropecuários importados nas formas in natura e semiprocessada.



Collor conduz reunião em que comissão aprovou texto sobre armas apreendidas

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eunício pede a Maia agilidade em projeto que proíbe limitar internet

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pediu ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rapidez na tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 174/2016, que proíbe as operadoras de internet de limitar dados nos contratos de banda larga fixa. A proposta foi aprovada pelo Senado na quarta-feira.

— Depois de reunião com

o presidente Temer, encontrei Rodrigo Maia e pedi que agilizasse os projetos que foram do Senado para a Câmara, assim como tenho o compromisso de agilizar os projetos que vêm da Câmara. O papel do Congresso neste momento é dar resposta positiva ao Brasil, construindo o que precisa ser construído.

Sobre o encontro com

Michel Temer, Eunício disse ter sido uma “confraternização” com os integrantes do PMDB. O senador voltou a defender a reforma da Previdência:

— Há o interesse do presidente de que, ao chegar ao Senado, a reforma tenha velocidade. Nós temos o compromisso com o Brasil de fazer as reformas necessárias. Não adianta daqui a 10 ou 15 anos a pessoa ter o direito de se aposentar e não haver dinheiro para pagar.

Benedito quer multar empresa que pagar menos a mulheres

Benedito de Lira (PP-AL) anunciou ontem a apresentação de projeto que muda a CLT para aplicar multa a quem pagar salários menores às mulheres, quando elas desempenharem as mesmas funções que os homens na mesma empresa.

Na quarta, ele criticou a transferência da Secretaria da Pesca, que saiu do Ministério da Agricultura e foi para o da Indústria e Comércio.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose de Freitas é contra 65 anos para homens e mulheres

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu a equidade de gêneros. A senadora lembrou o quanto a igualdade é essencial, inclusive em termos salariais. Por isso, ela reivindicou que homens e mulheres sejam tratados com isonomia no mercado de trabalho. E se manifestou contra a equiparação de idade para efeitos de aposentadoria, como proposto na reforma da Previdência do governo Temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reforma não tem chance de ser aprovada, avalia Paim

Paulo Paim (PT-RS) considera a reforma da Previdência “cruel” e “inviável”. Segundo ele, o texto não tem chance de ser aprovado. O senador disse que a reforma trará prejuízo a todos, inclusive para a Previdência Social, pois reduzirá o estímulo ao recolhimento de contribuições. Ele considera indispensável uma CPI capaz de revelar a sonegação no sistema e mostrar quem são os grandes devedores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi: “governo de plantão” não pode retirar direitos sociais

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ter sido surpreendida com a quantidade de participantes das manifestações de quarta-feira contra a reforma da Previdência. Elas mostraram, na avaliação da senadora, que “o povo tem consciência plena” dos direitos que serão retirados.

— A sociedade não vai apoiar. Não vai deixar que um governo de plantão mexa nos programas sociais bem-sucedidos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Bezerra cobra novos concursos para defensores públicos

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu novos concursos para defensores públicos, ressaltando o papel dos profissionais para garantir aos mais pobres o acesso à Justiça. Os defensores representam 87% das pessoas que vão a júri popular, disse.

O senador também comemorou o sucesso do leilão para concessão de quatro aeroportos, que garantiu ao governo federal R\$ 3,72 bilhões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão da MP da Zona Franca de Manaus aprova plano de trabalho

A comissão mista da Medida Provisória 757/2016, que cria duas taxas em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), aprovou ontem seu plano de trabalho. Proposto pela relatora, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o plano prevê quatro audiências públicas até o dia 26 de maio, quando deverá ser apresentado o relatório para deliberação da medida.

Vanessa explicou que a MP sairá da comissão trancando a pauta da Câmara e terá até o dia 29 de maio para ser aprovada e não perder sua vigência.

A primeira audiência pública será na terça-feira para ouvir representantes da indústria e do governo. Na audiência do dia 28, serão ouvidos representantes do comércio dos cinco estados beneficiados pelas normas da Suframa: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.

Em abril haverá duas audiências públicas: dia 4, para ouvir representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio, do Planejamento e da Fazenda; e dia 25, para ouvir os governadores dos cinco estados.

Seguindo sugestão do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), a relatora reduziu o número de participantes da segunda audiência de cinco para quatro, deixando o representante do Amazonas para a primeira audiência pública. A intenção é favorecer o debate.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) sugeriu que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) proponha audiência pública em Manaus, já que a comissão mista não tem competência para realizar audiências em outros estados. A comissão aprovou a sugestão do senador, que deverá apresentar requerimento à CDR.

A medida cria duas taxas, a Taxa de Controle de Incen-

tivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviço (TS), que serão recolhidas pela Suframa para custeio de suas atividades. As taxas substituem a Taxa de Serviços Administrativos, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Vanessa disse que, segundo os dados que lhe foram passados, as novas taxas custarão menos para a indústria e o comércio. Mas alertou para o contingenciamento de 60% dos recursos arrecadados.

— É injusto com a região. Não podemos cobrar sacrifício a uma região que não tem condição de fazer sacrifício.

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) afirmou que o trabalho da comissão pode ajudar a diminuir o valor contingenciado.

— Proponho 30% para o esforço fiscal e 70% para as despesas da Suframa.

O deputado Átila Lins (PSD-AM), relator-revisor da comissão, afirmou que vai colaborar com Vanessa na busca de um texto capaz de fazer com que a medida seja aprovada sem dificuldade pelo colegiado.

Vanessa: imposto deve ser aplicado no local onde foi arrecadado

Os parlamentares do Norte querem que o governo aplique parte significativa dos impostos arrecadados na

Zona Franca de Manaus em ações de desenvolvimento regional, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora da MP 757. Embora a MP trate só da arrecadação, Vanessa propõe que o texto defina o destino do dinheiro.

— Quando o local arrecada ao menos parte do recurso de que precisa, não tem de solicitá-lo ao governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado